

ANISTIAIR É ESTIMULAR O DEVEDOR CONTUMAZ DOS IMPOSTOS

AUDITOR-FISCAL
RECEITA para sair da crisewww.afisvec.org.br
@afisvecAFISVEC
Associação dos Auditores-Fiscais da Receita Estadual - RS

TALINE OPPITZ

taline@correiodopovo.com.br

Cada vez pior

A comissão especial da Câmara concluiu a votação das emendas à parte da reforma política e agora o relatório está apto para análise no plenário da Casa. A expectativa é a de que a votação ocorra hoje, apesar de resistências e divergências ao texto. Os integrantes da comissão mantiveram polêmicas iniciativas avaliadas na semana passada. Entre elas, a aplicação do chamado Distritão, que transforma as disputas proporcionais em majoritárias, ampliando o custo das campanhas e beneficiando diretamente políticos mais conhecidos, que buscam a reeleição, dificultando a renovação do parlamento. Continuou valendo também a criação de um fundo público de R\$ 3,6 bilhões, que sairão do Orçamento da União, para financiamento das campanhas, em clara tentativa de minimizar os danos da proibição do financiamento privado, apesar da situação de rombo nas contas do governo federal. Mas não para por aí. Houve recuos em relação a mudanças que poderiam atenuar distorções do sistema vigente. Ensaída anteriormente, foi rejeitada alteração na suplência de senadores. Segundo a proposta do relator Vicente Cândido, o deputado mais votado do partido ou coligação do senador titular seria o sucessor. Nada feito. Foi mantida a regra vigente, em que parentes, amigos, financiadores de campanha e até empregados dos senadores continuam sendo beneficiados, com a possibilidade de assumirem os cargos mesmo sem terem conquistado um único voto.

TCE determina redução de tarifas intermunicipais

O Tribunal de Contas determinou que a Agergs acabe com a cobrança da tarifa de embarque de passageiros que não usam terminais rodoviários no transporte intermunicipal de longo curso e suburbano. O prazo estabelecido para o fim da cobrança pelo conselheiro Cezar Miola, relator do processo, foi 16 de outubro. De acordo com a área técnica da Corte, os cálculos da tarifa aprovados pela Agergs nos últimos três anos contemplam a cobrança indistinta de alíquota de 11%, que tem por objetivo remunerar serviços prestados pelas estações rodoviárias, ainda que parte dos municípios não contem com terminais. A cobrança, segundo o TCE, implica em possível enriquecimento indevido das concessionárias de transporte e sobrepreço das tarifas. O TCE não mencionou valores, mas estimativas indicam que a cobrança considerada indevida chega a cerca de R\$ 1 milhão por mês.

Nos bastidores

Os projetos do governo relativos à separação do IPE devem ser enviados à Assembleia até o fim da semana, em regime de urgência, o que limita a tramitação a no máximo 30 dias. Apesar de ainda não estar batido o martelo, a tendência é a de que o atual presidente do IPE, Otomar Vivian, fique com o comando da área da saúde. Outro indicado pelo PP deve assumir a previdência. Um dos nomes já cogitados nos bastidores é o de Valdir Andres.

Reunião preliminar

Secretários da prefeitura de Caxias do Sul e do governo do Estado se reúnem hoje, às 14h, no Centro Administrativo, em Porto Alegre. Devem participar os representantes das áreas de Saúde, Segurança Pública e Educação. O encontro foi solicitado pelo prefeito do município, Daniel Guerra, do PRB, para tratar de demandas locais. A reunião técnica é preliminar à audiência com o governador José Ivo Sartori, solicitada pelo prefeito há cerca de um mês.

Ciro Gomes no RS

Pré-candidato do PDT à sucessão presidencial de 2018, Ciro Gomes estará no Rio Grande do Sul no próximo dia 24. Ciro participará de evento chamado "O Brasil que a gente precisa", organizado pelo PDT gaúcho, às 14h, no Teatro Dante Barone, na Assembleia. Antes, às 11h, Ciro fará caminhada, e às 19h, participará de ato na Unisinos, em São Leopoldo.

APARTES

■ Por unanimidade, o plenário do TRE aprovou voto pela manutenção de todas as zonas eleitorais do Rio Grande do Sul. A iniciativa é uma reação à resolução do TSE, que prevê a extinção de zonas eleitorais. A direção da Ajuris, também contrária à disposição, acompanhou a sessão. Em seu voto, o presidente do TRE, desembargador Carlos Cini Marchionatti, além de defender a manutenção do número atual, destacou que há necessidade de criação de novas zonas eleitorais, que não serão projetadas em razão do momento orçamentário e político.

INCONSISTENTE E OMISSA

Procuradores rejeitam delação de Cunha

Ex-deputado teria feito delação com poucas provas, de propósito. Objetivo é esperar posse de Rachel Dodge

A mais esperada e também uma das mais temidas delações desde os acordos da JBS e Odebrecht não vai acontecer, pelo menos por enquanto. Procuradores do Grupo de Trabalho da Lava Jato em Brasília rejeitaram a proposta de delação apresentada pelo ex-deputado Eduardo Cunha, um dos mais próximos aliados do presidente Michel Temer. As negociações vinham se arrastando havia mais de um mês e, na sexta-feira passada, procuradores decidiram botar um ponto final nas negociações.

As promessas do ex-deputado de delatar políticos com quem mantinha estreitos vínculos foram consideradas "inconsistentes e omissas". Cunha tam-



Cunha estaria protegendo aliados

bém teria apresentado poucos documentos para comprovar as genéricas acusações que teria feito. A recusa da delação não pode, ainda, ser considerada uma derrota de Cunha. Na semana passada, um interlocutor do ex-deputado disse que, mesmo com novo advogado e negociações em andamento, ele tinha mudado de estratégia.

Segundo esta mesma fonte, conforme o jornal O Globo, Cunha apresentou de forma intencional delação branda para ser rejeitada pelo procurador-geral Rodrigo Janot. A ideia seria esperar a posse da futura procuradora-geral Raquel Dodge e, a partir daí, buscar acordo mais favorável, com menos revelações comprometedoras e mais benefícios. Com isso ele poderia poupar aliados, entre eles Michel Temer e o ex-ministro Henrique Eduardo Alves.

Cunha estaria apostando também numa inversão de expectativas no Supremo Tribunal Federal (STF) a partir da troca de papéis entre Janot e Raquel Dodge. Com Janot fora de cena, ele acredita que seria mais fácil obter um habeas corpus no Supremo para deixar a prisão em Curitiba. A decisão da Câmara de impedir que o STF abra processo por corrupção contra Temer, como queria Janot, teria sido um dos motivos que levaram Cunha a recuar da ideia da delação já.

AÇÃO CONTRA CORRUPÇÃO

Cármem Lúcia se inspira em Betinho

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármem Lúcia, propôs ontem que a sociedade se inspire na iniciativa de mobilização contra a fome proposta nos anos 90 pelo militante Hebert de Souza, o Betinho, e promova uma Ação da Cidadania contra a Corrupção. Para ela, seria uma forma de transformar "ideias e indignação" em ações e resposta à crise institucional decorrente dos escândalos recentes envolvendo a

classe política no país".

Tratando a corrupção como algo que "corrói as instituições, deteriora a política e descontrola a economia", além de fator de "destruição institucional", a ministra do STF defendeu a ética como uma imposição, e não uma escolha da sociedade, de modo que a "honestidade seria um dever de todos nós".

Cármem Lúcia citou o comportamento de quem busca "tirar vantagem em tudo", seja ao fu-

rar uma fila ou pagar propina a agente público, como expressão da "negativa da solidariedade com o outro". Dessa forma, o "outro" estaria "sem qualquer possibilidade de atuação livre, honesta e de acordo com seu direito". "É preciso plantar e colher um Brasil ético e solidário. Estamos todos no mesmo barco. Se der certo, chegaremos a um bom porto, se der errado, afundaremos todos nós, afirmou a ministra.

SUSPEITAS DE FRAUDE

CNJ investiga 84 juízes de MT

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) determinou ontem a abertura de investigação sobre pagamentos com suspeitas de irregularidades a 84 juízes do Tribunal de Justiça do Mato Grosso (TJ-MT). O caso veio à tona após a imprensa publicar que um dos magistrados recebeu R\$ 503 mil em julho. Diante do fato, o conselho determinou a suspensão imediata de novos repasses. De acordo com o corregedor nacional de Justiça, ministro João Noronha, em janeiro, houve apenas uma decisão tomada pelo CNJ, em um caso específico, em que foi autorizado o pagamento de indenização de R\$ 29,5 mil a uma juíza que atuou em uma instância superior.

Uma empresa do Grupo Herval

INVISTA NOS SEUS PROJETOS PAGANDO

METADE DA PARCELA

ATÉ A CONTEMPLAÇÃO.

SEU IMÓVEL	Imóveis	1/2 parcela <small>**100 meses**200 meses</small>
A PARTIR R\$ 273,36 MÊS	600.000,00	1.845,00*
	350.000,00	1.195,95*
	150.000,00	512,55*
	80.000,00	273,36*

USE SEU FGTS COMO LANCE

hsconsorcios.com.br
0800 644 9007